

DEPOIMENTO DE UM ROMANCISTA

Josué Montello

À entrada de **Os degraus do paraíso**, coloquei esta dedicatória que, em parte, define o romance: "À memória de meu Pai, Antônio Bernardes Montello, diácono da Igreja Presbiteriana Independente de São Luís do Maranhão, a quem devo esta lição de liberdade: que eu próprio escolhesse o meu caminho até Deus". Digo em parte, porque a experiência protestante, recebida na infância e prolongada pela juventude, corresponde apenas a uma das dimensões do romance.

Não sei bem por que, ao publicar a edição definitiva de **Os degraus do paraíso**, pela Editora Nova Aguilar, deixei de fazer o que fiz na nova edição de **Cais de sagração**, **A décima noite** e **Os tambores de São Luís**, isto é: deixei de contar a história do romance. E é tempo de fazê-lo.

Pertenço a uma geração literária que se iniciou em meados dos anos 30. A esta algura, cada um de nós que travou o seu combate e guardou a fé — para usar palavras que recolhi na igreja protestante, ainda menino e moço — começa a dar arremates na obra realizada, se ainda não foi estudar aquela geologia do campo santo, a que se referiu Machado de Assis.

Recentemente, na autobiografia que acompanhará o primeiro volume de meus romances na Coleção Aguilar, e que denominei, à maneira de José de Alencar, **Como e por que sou romancista**, tive oportunidade de escrever que nós, escritores, estamos tão ligados ao nosso tempo que, em face dele, ou somos denunciante ou testemunhas. Mesmo quando pretendemos escapar ao seu influxo, o tempo nos acompanha, e a nossa fuga se converte, por sua vez, em testemunho — o testemunho de que nossa sensibilidade não se ajustou harmoniosamente à teoria de valores da época em que vivemos e nos exprimimos.

Minha geração assistiu aos preparativos da Segunda Guerra Mundial, participou dessa Guerra e testemunhou os seus efeitos — no mundo contemporâneo e na vida nacional. Do ponto de vista da criação artística, encontrou uma revolução em processo — aquela que vinha dos anos vinte e que ainda não concluía as suas experiências renovadoras.

Nasci em São Luís do Maranhã, nos idos de 1917. Quando me iniciei na vida, com lucidez pessoal, já o mundo se preparava para as posições divergentes que levariam ao conflito de 1939.

Como sempre fui solitário, afiz-me à minha solidão, que se inspirava na insularidade de minha condição regional. Tive companheiros, mas jamais minhas letras a uma tomada de posição coletiva. Deixei-me guiar, no início, pelo meu instinto; depois, pelo gosto que esse instinto me levou a preferir.

Minha província natal, zelosa de seus valores literários, inspirava-se mais na tradição, que lhe cumpria preservar, do que na rebeldia, que ameaçava essa tradição. Daí o pendor clássico de meu espírito.

Mais tarde, quando reconheci a discordância entre a tradição e os valores de meu tempo, tratei de harmonizar as duas vertentes, e é à luz dessa concordância que desejo ser julgado.

Meu primeiro romance, *Janelas fechadas*, dá bem a idéia do desencontro que pretendi superar. Embora falássemos de Modernismo em São Luís, em meu tempo de Liceu, os valores que nos apresentavam como definitivos e ideais enraizavam-se no século XIX. Somente no Rio de Janeiro pude ajustar-me aos valores contemporâneos, sem, contudo, perder de vista os valores que se achavam amalgamados à minha formação.

O romance de estréia fazia parte de um tríptico, já concluído quando saíram as *Janelas fechadas*. Os dois outros eram *Sobrado*, romance da burguesia maranhense, e *Cidade iluminada*, uma cosmopolitização urbana de São Luís. Meses depois de minha estréia como romancista, rasguei os dois livros que compunham a trilogia. Senti que devia buscar outro caminho.

Sempre tive em mente que o romance, sem perder a sua condição de obra de arte, ou por isso mesmo, é um gênero essencialmente popular, tanto por sua origem quanto por sua tradição.

Mas deixei de reconhecer as muitas experiências por que o romance tem passado, no sentido de buscar novas soluções técnicas, impostas pela ânsia de recriação, própria de toda arte.

Essa ânsia de recriação levou a Joyce, levou a Faulkner, levou à Virgínia Woolf, levou a Proust, levou ao realismo mágico do moderno romance latino-americano, levou a Guimarães Rosa, levou ao chamado "nouveau roman" da experiência francesa.

Algumas dessas grandes experiências — importantes, fundamentais — não alcançaram o grande público. Quando digo não alcançaram refiro-me, não como notícia ou informação, mas em termos de fruição romanesca. No entanto, atingiram a crítica, os professores de literatura, uma elite intelectual e muitos escritores.

Cumpra não esquecer que há dois processos de comportamento positivo em face das experiências insólitas: a subordinação à novidade ou a aceitação desta como recurso válido a ser incorporado à tradição.

No primeiro caso temos os subJoyce, os subProust, os subGuimarães Rosa, os subGabriel García Márquez. Não creio que seja a melhor solução. Mas acho que cada grande recriador traz consigo um elemento positivo que se incorpora aos recursos gerais da tradição romanesca.

Procurei seguir este caminho, no processo de atualização que me tracei, ainda na minha juventude. Como ignorar o monólogo interior, entre os recursos técnicos do romance, depois da lição de Joyce ou de Faulkner?

Isso explica a harmonia que procurei estabelecer entre a tradição e a renovação técnica, no meu processo de narrar como romancista. E sei que foi essa igualmente a opção de Erico Verissimo. Dele tenho uma carta de 25 de janeiro de 1972, em que me diz: "Embora nunca tenhamos conferido opiniões, pensamos a mesma coisa sobre a arte da ficção".

Mas a verdade é que, para chegar ao meu caminho, experimentei outros atalhos, bati outras veredas, perdi-me noutras picadas. E como estou aqui para dizer a minha verdade, lealmente, sinceramente, honestamente, permitam-me que lhes diga que considero *Os degraus do paraíso* como o romance da minha maturidade. Depois viriam *Cais da sagração*, *Os tambores de São Luís* e, agora, *A noite caiu sobre Alcântara*. A décima noite, escrito na Espanha, em 1958, é a preparação dessa maturidade.

Com exceção de *A luz da estrela morta*, que é o romance de uma crise de ordem íntima, no extremo limite da razão, todos os meus romances se inspiram na realidade maranhense. Um deles, *Cais de sagração*, escrevi-o em Paris. Como explicar a persistência dessa realidade no meu processo de criação romanesca? Dizia François Mauriac que os heróis de um romance nascem do casamento que seu autor contrai com a realidade. A realidade que me cerca, desde os meus 18 anos, não é a da minha província. No entanto, é ela que se impõe à minha imaginação. Tenho ensaiado fugir desses horizontes, mas de pronto reconheço que sou romanista de terras e águas maranhenses. Não adianta sair desses limites. Somente neles me reencontro, à hora em que substituo a realidade objetiva pela realidade recriada em termos de romance.

Meu conterrâneo Gonçalves Dias, no prefácio aos *Últimos cantos*, escrito no Rio de Janeiro, dizia que sua alma não andava entre os nevoeiros da Serra dos Órgãos, mas nas vagas da baía de São Marcos, "a rumorejar nas folhas dos mangues, a sussurrar nos leques das palmeiras". Compreendo o poeta. Mas tenho a impressão, no meu caso pessoal, de que a persistência do Maranhão, ou melhor, de São Luís, na minha sensibilidade, é a presença do menino que eu fui. Dele nunca me separei. Por vezes, sozinho, no silêncio de minhas insônias costumeiras, cerro de manso os olhos, e é ele que me leva pelas ruas e ladeiras de minha terra natal.

Há tempos, repassando os companheiros da Escola Dominical, na igreja de que meu pai foi diácono, verifiquei que nem um deles permaneceu no Protestantismo. Na minha casa éramos oito irmãos. Com exceção de minha irmã mais velha, que morreu na adolescência, os outros se apartaram do caminho da Igreja Presbiteriana. Qual a conclusão a tirar? Que o erro não estaria em nós, mas na própria igreja.

O sonho de meu pai era ter um filho pastor de sua igreja. Frustrai-lhe esse sonho. Agora mesmo estou a ver os seus olhos azulados postos em mim, e ele a me dizer:

— Você não precisa voltar à igreja. Volte mais tarde, quando Deus o chamar. Nas minhas orações, vou pedir ao Senhor que o conduza à sua casa. Mas você há de vir espontaneamente, sem pressões de seu pai.

Eu devia ter 12 para 13 anos. Temperamento afirmativo, talvez por ter sido criado desde cedo para o exercício de uma missão

eclesiástica, já eu dissentia de muitas coisas que escutava, sobretudo de missionários americanos, um tanto ingênuos, nos sermões de domingo. Só hoje posso ajuizar o sofrimento íntimo de meu pai ao dar ao filho a mais sagrada das liberdades. Daí a dedicatória de meu romance.

Muitos leitores me têm perguntado se *Os degraus do paraíso* constitui um romance contra o protestantismo. Respondo sempre: não, não é. Assim como *Madame Bovary* não é um romance contra o casamento na província, por ter Flaubert focalizado aí um adultério. Todo romance é um caso particular. E é por isso mesmo que é romance.

Entretanto, conforme acentuou Alceu Amoroso Lima, no estudo à quarta edição de *Os degraus do paraíso*, o romance se transforma na denúncia do fanatismo religioso.

É possível que, na urdidura narrativa, eu tenha cedido algumas vezes ao instinto de represália do menino que, nos dias de Carnaval, em São Luís, não devia chegar às janelas da rua para ver passar os mascarados, porque era o diabo que andava solto, debaixo daquelas máscaras e sacudindo aqueles guizos. Por esse tempo, os meus dias mais tediosos eram os domingos — com a casa quieta, passos cautelosos, e o dia resumido nas duas idas à igreja: uma, de manhã, para a Escola Dominical; outra, de noite, para o culto. Só eu sei o que isto me custava. Não jogava a minha bola, não empinava o meu papagaio, não saía para ver os amigos. Deus, que me fiscalizava, não queria nada disso.

No entanto, foi a Bíblia que me abriu a sensibilidade para o encanto da leitura. Cabia-me ler, todas as noites, à mesa da sala de jantar, para a família reunida, um capítulo do Velho ou do Novo Testamento, na tradução clássica do Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Pouco a pouco fui reconhecendo que a palavra tinha mais do que um valor significante — tinha um valor auditivo, e mesmo plástico, na unidade da página.

Muitos anos depois, tendo ido a um recital de piano, em casa de um amigo, em São Luís, impressionei-me com o interior do sobrado — um sólido sobrado maranhense, na esquina da Rua do Sol com a Rua da Cruz. Estes dois nomes, e bem o dos personagens, têm um sentido da estrutura narrativa — digo aqui de passagem.

De repente, quando ouvia o recital, tive a iluminação do meu novo romance. Os romances costumam aparecer-me sob forma de

alucinação, com a visibilidade nítida das personagens, dos lugares da ação, e até mesmo o senso auditivo de suas vozes e do rumor de seus passos.

De todas as personagens que compõem a trama de *Os degraus do paraíso*, somente uma, Ernesto, tem inspiração na vida real, sem ser, contudo, uma cópia da realidade, e, sim, a sua transfiguração. Aquela figura eu a vi no Largo do Carmo, em São Luís, e no alto de seu cavalo. Guardei-lhe a imagem no meu mundo de lembranças, e dela fiz o pai de Cristina e Morena. Esta última é a que está mais perto de mim, como concordância de sentimentos. É como se fosse mesmo minha filha. Ainda hoje me comovo com as coisas que com ela aconteceram.

Comecei a escrever *Os degraus do paraíso* em fevereiro de 1962, em Friburgo, e o terminei no Rio de Janeiro, em julho de 1964. Andei a repassar o meu *Diário* nesse período, para recordar as minhas lutas com a folha de papel em branco, na elaboração do romance, e posso aqui confessar que, exceção de *Os tambores de São Luís*, foi o livro que eu mais trabalhei. Por vezes sentia a pena perra no papel vazio. E teimava com ela, até que descobria o veio de água, que corria sobre a mesa. A cena da morte de Morena custou-me uma crise de pranto, e eu dizia comigo como o herói do poema de Gonçalves Dias:

*Corram livres as lágrimas que choro,
Estas lágrimas, sim, que não desonram.*

Depois, quando Yvonne, minha mulher, passou o livro a limpo, tive outra luta, que nunca cessou: a de dar densidade às palavras, para que elas não sobrem no livro e só estejam ali em função da narrativa e do valor estético que possam ter. Yvonne, como sempre, teve a paciência necessária para refazer capítulos inteiros, sob as imposições do meu cuidado.

Publicado o livro, abriu ele o seu caminho. Raul Brandão dizia que um livro, quando está pronto, nunca está pronto. É o que sinto, a cada nova edição de meus livros. Emendo aqui, ali, mais adiante, nesta obstinação de ampliar sempre a fronteira de minhas limitações.

Agora, para concluir, deixem-me contar um pequeno episódio ligado à crônica do meu livro. Quem leu o livro há de lembrar-se

que Mariana, mãe de Cristina, nunca abriu as cartas que a filha freira lhe escreveu, durante mais de trinta anos. Essas cartas ela as acumulava numa papelreira, por ordem de chegada, mas sem jamais descerrá-las. Certa vez, estava eu num restaurante, em companhia de minha mulher, quando se aproximou de nossa mesa uma senhora:

— O senhor é o Josué Montello?

— Eu mesmo.

— Acabei de ler *Os degraus do paraíso*. Diga-me uma coisa: como é que eu faço para ler as cartas que Cristina mandou à Mariana?

E eu, comovido:

— Elas continuam fechadas, minha senhora. Eu próprio não tenho o direito de abri-las.

A senhora fez um ar desapontado:

— Que pena.

E a verdade é que as cartas continuam cerradas, num sobrado de São Luís. Ou, para ser mais exato: de minha imaginação.